

de contra a nova ameaça [...]” (NGS). Eis o segredo do seu sucesso. A este propósito, escreveu Mont'Alverne de Sequeira, a três de junho de 1919: “[...] há trinta anos pelo menos (...) que a população deste concelho não foi tão desbastada por uma epidemia como em 1918. À brutalidade da invasão, quase explosiva, tem de se juntar a surpresa dolorosa, que depressa descambou em verdadeiro pânico, dificultando grandemente o serviço dos profissionais. (...) Na gripe infecciosa a difusão foi brusca e rápida, atingindo o acme em novembro, atacando de preferência as classes pobres, o sexo masculino, os indivíduos entre os 20 a 40 anos, os trabalhadores do campo e operários, ceifando tuberculosos, cardiopatas, diabéticos, albuminúricos, nefríticos, depauperados por doenças orgânicas e grávidas. (...) É digno de registo o facto de terem ficado ílesos os inválidos do hospital civil. E de terem sido poupados, na sua maior parte, os indigentes, os pedintes e as toleradas. Os tíficos não foram tocados (...) assim como os paludosos. (...) computo aproximadamente em 17.000 o número de atacados de gripe neste concelho (Ponta Delgada), tendo sido 727 as defunções [...]”.

Luis Trindade ajuda a entender a resposta tardia de particulares e organizações institucionais: quando as grandes cidades eram atacadas, as características eram atribuídas à “peste” e não à gripe. A esta não se associavam tais horrores. Contudo as autoridades conheciam a realidade e questionavam-se sobre as medidas a tomar. Eram desconhecidas as medidas profiláticas, o que se agravava pela inexistência de recursos. Qualquer medida era praticamente inútil, mesmo o isolamento como muitas famílias amargamente descobriram. Questão antiga a nível académico, os surtos de gripe pneumónica eram conhecidos desde o início do século XIX, sem que se soubesse como combatê-los. Em Lisboa, as autoridades seriam acusadas de se enredarem em discussões bizantinas, chegando mesmo a esboçar-se alguns movimentos de revolta.

Hoje, de acordo com a comunicação social e a Organização de Saúde, o “Influenza” não só não desapareceu como se reveste de novas estirpes, mais resistentes. Só para que se tenha uma ideia, a pandemia de 1918 terá matado 20 (a 30) milhões de pessoas no planeta, das quais 60 mil em Portugal onde “[...] a doença varreu o país a uma grande velocidade, tanto assim que a falta de caixões para os funerais foi um dos resultados imediatos, o que fazia que muitas famílias os comprassem por antecipação e guardassem debaixo das camas onde os seus membros agonizavam [...]” (“Diário de Notícias”, 17/03/2018).

De acordo com a mesma fonte, “[...] o estudo, divulgado (...) pela agência internacional de notícias Bloomberg, diz que o número de mortes causadas pela gripe das aves terá ultrapassado as 284 mil pessoas, sendo que a Organização Mundial de Saúde (OMS) apontava, em 2009, para 18.500 mortes [...]” (DN,

26/06/2012). Pelo “Jornal Económico” refere-se que “[...] cientistas alertam para risco de nova pandemia. «Não quero ser alarmista, mas é apenas uma questão de tempo até que este vírus resistente adquira uma mutação que permita que se desenvolva bem, tornando-o mais apto para que seja letal ao mesmo tempo que é resistente». Experiências feitas em laboratório por uma equipa de cientistas no Japão, China e EUA concluíram que o vírus da gripe A (H7N9) está a adquirir mutações, permitindo que a estirpe esteja mais resistente aos tratamentos. Os cientistas estudaram uma amostra de um homem infetado com o H7N9 e que morreu na China, depois de ter sido tratado de forma tradicional, e fizeram também testes com furões (mamífero que representa o melhor modelo do vírus nos humanos) [...]” (JE, 20/10/2017). Mesmo que aplicado o espírito crítico, não é de menosprezar no futuro esta dura realidade vivida pelos nossos antepassados em 1918.

Fica o registo e a homenagem a todos os que padeceram e aos que sobreviveram, contribuindo na luta contra a enfermidade, desde os profissionais da área da Saúde aos militares, nacionais e estrangeiros, assim como ao comum dos mortais que a História não dita, caso por exemplo das Damas da Cruz Vermelha, condecoradas num pioneirismo inédito da Emancipação Feminina no arquipélago. Resta acrescentar que os Açores, quando comparados com outras zonas do país, até saíram beneficiados, dada a atenção de autoridades como o ACRA e apoio da base naval americana. Para o futuro, fica a chamada de atenção que cabe ainda hoje à classe política não “se enredarem discussões bizantinas” sobre a Saúde, melhorando os seus serviços e mantendo-se vigilante à semelhança da OMS.

Durante o mês de novembro, esta e outras temáticas serão alvo de um Colóquio Internacional na cidade da Horta, em parte replicado em Ponta Delgada pelo Museu Militar dos Açores (inícios de dezembro), assim como duas exposições em ambas as cidades. No caso micaelense, acresce a riqueza patrimonial de materiais únicos e de grande Memória do Museu Carlos Machado. Da mesma forma, no próximo artigo do “Correio dos Açores” será analisado o caso específico do cemitério de São Joaquim em Ponta Delgada.

Uma última palavra a colegas como Albertino José Ribeiro Monteiro ou José Pedro Reis, entre locais ou nacionais do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, que não só fizeram chegar os trabalhos como continuam a aprofundar estes assuntos, que a sociedade fez (e faz) em muito, por esquecer. Um bem hajam.

Bibliografia: REZENDES, “A Grande Guerra nos Açores...”, Caleidoscópio



Fig. 8. Inoculating troops at the Army Medical School. (National Archives 65-WW-256-A-4)

Tal como em 2009, a vacinação era uma opção, embora sem qualquer efeito prático por nem se conhecer o vírus responsável pela epidemia. Ainda nos primórdios, a vacinação foi alvo de desconfiança por parte dos prisioneiros do Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira (1916), uma vez que o Estado ordenava-a aos detidos mas não a fazia aos soldados portugueses (https://influenza1918.weebly.com).

## As nossas filarmónicas (2)



Por: José Andrade \*  
(joseandrade.acores@gmail.com)

# Filarmónica Fraternidade Rural



A primeira banda de música da vila de Água de Pau, no concelho da Lagoa, foi fundada em 1859, com a denominação de “União”. Em 1863, sucedeu-lhe a “Estímulo Artístico” que, mais tarde, alterou o seu nome para a designação atual de “Fraternidade Rural”. A terceira banda, denominada “Aliança”, foi fundada por Luís Francisco do Couto, e, em 1883, o padre Inácio Vieira criou uma quarta filarmónica, com o nome “Amor da Pátria”.

Só a Sociedade Filarmónica Fraternidade Rural permaneceu ao longo dos anos. Oficialmente fundada a 13 de novembro de 1863, realizou a sua primeira deslocação em 1990, à ilha de Santa Maria. Em 2001, deslocou-se ao Canadá e aos Estados Unidos da América e, em 2005, foi ao continente português participar na festa de Trancoso.

Regressou a Santa Maria em 2009, para as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em Vila do Porto, e aos Estados Unidos da América em 2017, para as Festas de Nossa Senhora do Carmo, em New Bedford.

A filarmónica gravou o seu primeiro CD em 2007 e, em 2013, comemorou os 150 anos da sua fundação com a edição de um segundo CD e com a publicação de um livro retrospectivo intitulado “O Sopro da Fraternidade Rural em 150 anos”, editado pela Câmara Municipal da Lagoa.

### Dirigentes

Mesa da Assembleia Geral – João Manuel Resendes Costa (presidente), Mário Alexandre Botelho Amaral (secretário), Manuel Augusto Barbosa Santos, José Carlos Pacheco Cabral e António Armando Costa Peixoto (vogais).

Direção – Maria da Graça Botelho Medeiros Andrade (presidente), Armando Luís Resendes Costa (vice-presidente), José Carlos Nunes Pereira (tesoureiro), Marco Paulo Borges Andrade (secretário) e José Luis Bizarro Pimentel (vogal).

Conselho Fiscal – José Virgílio Cabral Pacheco (presidente), Luís de Sousa Pacheco e José Carlos Almeida (secretários).

Anteriores presidentes (a partir de 2005): José da Costa, Francisco Ferreira da Silva, Maximino Vieira, António Inácio Vieira, Manuel Carreiro, Manuel Ponte Branquinho, Manuel Augusto Sousa, Manuel Pedro Sousa, José de Almeida, Tobias Borges, José Tavares, Joaquim Arruda, Daniel Cabral, António Ambrósio, João Ambrósio e João Domingos.

### Maestro

João Manuel Resendes Domingos iniciou a sua aprendizagem musical na Sociedade Filarmónica

Fraternidade Rural, aos 12 anos de idade, com o maestro Humberto Osório da Silveira. Foi músico desta filarmónica de Água de Pau, durante 10 anos, até emigrar para as Bermudas, exercendo estas funções durante cinco anos. No ano 2000, regressou à vila de Água de Pau e assumiu a direção musical da Filarmónica Fraternidade Rural. Nestes 18 anos de maestro, dirigiu a gravação de dois CD e as digressões aos Estados Unidos da América e ao Canadá.

Anteriores maestros: Osório Augusto Machado (1920-1929), António Coelho da Silva (1929-1934), Osório Augusto Machado (1934-1945), Humberto Octávio Machado (1945-1946), Eduardo Arruda Machado (1946-1947), Humberto Octávio Machado (1947-1952), Manuel da Silva Raposo (1952-1956), Eduardo Arruda Machado (1956-1958), Humberto Octávio Machado (1958-1966), António Moniz Barreto (1966-1970), Manuel Resendes (1970-1972), José Pimentel (1972-1974), José Eduardo Moniz (1974-1978), Luís Gonzaga (1978-1980), Humberto Octávio Machado (1980-1988), Luís Gonzaga (1988-1991), Humberto Octávio Machado (1991-1993), Alfredo Amaral (1993-1994), José Fernando Rocha (1994-1997), Valter Medeiros (1997-1999) e José Eduardo Moniz (1999-2000).

### Músicos

Ana Maria Almeida (13 anos) Clarinete, André Costa (17 anos) Clarinete, André Medeiros (20 anos) Trompete, Bianca Pacheco (16 anos) Clarinete, Carlos Calouro (59 anos) Trombone, Carolina Botelho (19 anos) Saxofone Alto, Diogo Santos (16 anos) Trompete, Duarte Moniz (62 anos) Saxofone Alto, Filipe Teles (27 anos) Percussão, Gonçalo Raposo (13 anos) Percussão, Henrique Pacheco (16 anos) Trombone, João Machado (69 anos) Saxofone Barítono, João Pacheco (47 anos) Clarinete, José Carlos Pereira (54 anos) Saxofone Tenor, José Luis Pimentel (50 anos) Barítono, Lorena Carreiro (11 anos) Clarinete, Luís Paulo Vidinha (27 anos) Tuba, Manuel Augusto Barbosa (51 anos) Saxofone Alto, Marco Raposo (42 anos) Percussão, Marco Andrade (39 anos) Trompete, Mário Amaral (40 anos) Barítono, Micael Florêncio (26 anos) Trombone, Micaela Rodrigues (15 anos) Clarinete, Miguel Medeiros (30 anos) Clarinete, Moisés Medeiros (18 anos) Percussão, Nicole Carreiro (17 anos) Clarinete, Paulo Jorge Almeida (42 anos) Tuba, Paulo Bernardo (24 anos) Percussão, Paulo Medeiros (25 anos) Trombone, Pedro Almeida (10 anos) Clarinete, Raquel Medeiros (19 anos) Clarinete, Ricardo Pacheco (35 anos) Requieta, Rogério Funchinho (29 anos) Tuba, Rui Pacheco (19 anos) Trompete), Rui Martins (42 anos) Trompete, Rui Almeida (30 anos) Saxofone Alto, Tomás Couto (12 anos) Clarinete, Virgínio Pacheco (56 anos) Saxofone Tenor.

\*Do livro em preparação  
“Filarmónicas de São Miguel  
– a alma de um povo”